
Capítulo III

Qualificação, crise do trabalho assalariado e exclusão social

— Vanilda Paiva*

Transformação produtiva, crise do assalariamento e exclusão social

A crise do assalariamento aberta pela última onda de transformação da produção, ligada à tendencial generalização do uso da micro-informática e de novas formas de comunicação e a conexas mudanças organizacionais e gerenciais, constituiu um dos elementos mais importantes do quadro econômico-social deste final de século. O panorama – e as questões por ele levantado – já estava claro nos países centrais, especialmente entre europeus, quando da queda do muro de Berlim em 1989, ela mesma o marco político dos rebatimentos da crise do modelo que tinha no trabalho assalariado a sua pedra de toque. O fim do socialismo real na Europa significou, na prática, uma vitória política e ideológica dos princípios do capitalismo liberal como única forma legítima de pensar a realidade econômico-social, provocando perplexidade e dificuldades teóricas e nas práticas e propostas políticas dos trabalhadores.

Na Europa Central já desde a segunda metade dos anos 70 intelectuais e sindicalistas começaram a colocar questões impensáveis ao longo dos “25 anos gloriosos” que sucederam a II. Grande Guerra e nos quais se combinaram não só a compatibilidade continuada entre crescimento econômico e democracia representativa (Offe, 1984) mas produção de massa apoiada na demanda e pleno emprego. A crise do emprego, a desregulação do mercado de trabalho a que

* Professora da UFRJ. Presidente do Conselho Diretor do Instituto de Estudos da Cultura e Educação Continuada (IEC), Rio de Janeiro. Estudou Educação, Sociologia e Romanística na Universidade de Frankfurt/M, doutorando-se em 1978. Pesquisadora do CNPq.

estamos desde então assistindo trouxeram à baila não apenas a reiteração do “direito ao trabalho”, mas também a idéia de que a luta pelo pleno emprego poderia significar o desejo ou a necessidade de “todo proletário fazer-se explorar”. Do mesmo modo, no plano educacional a luta por uma escola unitária deu lugar à pergunta se não seria melhor um sistema dual em que o ensino profissional estivesse vinculado à certeza do emprego correspondente. Evidentemente, estas são questões abstratas porque o sistema de educação era dual exatamente porque a economia necessitava de determinadas qualificações e a certeza do emprego decorria da combinação entre pleno emprego e produção de massa, daí que também dava concretude do direito ao trabalho. Uma vez modificadas as condições materiais objetivas, mudam também o significado e possibilidades de realização do ideário vinculado ao período anterior.

Nos últimos anos muito se tem escrito sobre o “fim do emprego” (Aranowitz & Difazio, 1994) e sobre a impossibilidade do capitalismo de multiplicar os postos de trabalho ao mesmo tempo em que faz crescer a produtividade, transferindo aceleradamente às máquinas capacidades físicas e mentais necessárias à realização de tarefas industriais e administrativas. Dicotomias sem pé na realidade como a “abolição do trabalho assalariado *versus* retorno rápido ao pleno emprego” emergiram nos anos 90, ao mesmo tempo em que foram se tornando relativamente consensuais algumas das polêmicas teses formuladas na primeira metade dos anos 80 como a da “perda da centralidade do trabalho” (Offe, 1982), a do “fim tendencial da divisão do trabalho” (Kern & Schumann, 1984) e a da retração tendencial das camadas médias (Luttwag, 1996). O conceito de “novos pobres”, ligado à esta última tendência, surge ainda na primeira metade dos anos 80 e se complementa na década seguinte com a idéia de “fazer carreira na pobreza” (Siegfried & Leisering, 1995), corolário da convicção que se arraiga de que, no futuro, quase todo trabalho será precário. Isto não significa que tais teses se deixem ver plenamente em toda e qualquer realidade nem que não mereçam nuances e desdobramentos importantes, mas sua desigual aparição vem servindo como orientação do debate contemporâneo. Isto tem ocorrido em especial ao longo dos anos 90 sob o impacto simultâneo da aceleração das mudanças, do aprofundamento da crise fiscal dos Estados e da difusão das idéias defendidas no livro de Woomak, Jones & Ross (1990), que justificaram maiores esforços de enxugamento a todos os níveis.

Seja porque a lógica do pensamento anterior assim os conduziu, seja pelo temor de eventualmente não se mostrar “contemporâneo de si mesmo” e de defender concepções obsoletas de sociedade constatamos que, nas últimas décadas, muitos intelectuais de algum modo inspirados no marxismo passaram não apenas a formulações radicais como Habermas (1987) (os verdadeiros conservadores seriam hoje os defensores do WFS e do pleno emprego), mas a conceitos relativamente obscuros como o de “modernização reflexiva” (Beck, Giddens & Lash, 1996) ou plenos de conteúdos pretéritos como no caso da

“terceira via”. A relação entre países desenvolvidos e a periferia do sistema sofreu também enormes transformações, passando do tier-mondisme e da “ajuda ao desenvolvimento” à defesa da idéia de que os últimos devem buscar “alternativas pobres”.

Apesar disso, deve-se assinalar que o radicalismo do início dos anos 90 vem encontrando limites, não apenas porque a produção *lean* termina sendo menos produtiva que aquela azeitada por alguma gordura (Auer, 1994), mas também porque a pressão por retorno em prazos cada vez mais curtos termina por impor desigualdades relevantes que fazem perdurar o trinômio baixos salários / baixa qualificação / concorrência de preços (Kern & Schumann, 1999). Estas contratendências certamente freiam de algum modo a crise do assalariamento, mas o ideal de pleno emprego parece ter cada vez menos poder mobilizador, na medida em que não encontra respaldo sólido nas estruturas econômicas concretas. Evidentemente isto não impede que se pensem soluções provisórias que combinam algum nível de crescimento econômico com redução do número de horas trabalhadas, como forma de criar mais emprego. Ou que se lancem programas clássicos pela elevada capacidade de absorção de força de trabalho, como é o caso da construção civil – em especial em países pobres ou intermediários. São soluções provisórias porque também a construção civil sofre o impacto das novas tecnologias e a velocidade da transformação tende a reduzir sempre o impacto de qualquer programa de redução das jornadas de trabalho como instrumento de geração de emprego.

A questão fundamental é a tendência. O emprego, como construção social ligada ao industrialismo apoiado sobre contratos de trabalho e com proteção social, encontra-se num momento de redefinição. Em algum momento do industrialismo o trabalho infantil já foi legítimo tanto quanto jornadas de 14 ou mais horas. Mas conquistas dos trabalhadores industriais ao longo do último século como certa padronização salarial, de local e de tempo de trabalho vem sendo derrubadas pela generalização da utilização da micro-eletrônica e suas exigências de despadronização, flexibilização, precarização. Se pensamos na indústria é certo que os salários foram, num momento forte do sindicalismo, indexados à produtividade macro-econômica. Mas neste momento de dominância do capital financeiro, de externalização de muitas tarefas da indústria, de dominância do terciário e crescimento da informalidade (Paiva, Potengy & Chinelli, 1997), isto já não é verdade efetiva para muitos e tendencial para tantos outros.

Estamos, pois, frente a um momento de vitória do capital sobre o trabalho que coincide com níveis inéditos de acumulação e riqueza social.

Já em 1984 Kern e Schumann assinalavam que a grande divisão deste final do século seria entre os incluídos e os excluídos do mercado formal de trabalho. Nos anos 90 temos diante de nós elevadas taxas de desemprego (de exclusão do

mercado formal e, conseqüentemente dos benefícios sociais associados ao emprego e à contribuição), ao mesmo tempo em que se intensifica o trabalho dos incluídos. Paralelamente assiste-se ao desmonte do Estado como prestador de serviços sociais, bem como da legislação conquistada pelo movimento dos trabalhadores. De um lado, muitos riscos minimizados pelo Welfare State foram transferidos ou simplesmente retornaram aos que trabalham.

Neste sentido estamos, de fato, frente ao retorno de formas arcaicas que também se manifestam num retrocesso da meritocracia em favor de uma “refeudalização” do mercado de trabalho, cujo acesso é favorecido pelo capital social de cada postulante numa situação de abundância de qualificação. É preciso, portanto, relativizar o quanto a qualificação ainda eleva o valor do trabalho e em que medida as profissões podem resistir.

Num contexto de re-ordenamento social das profissões, em que assistimos a um processo no qual a qualificação se eleva e se intensifica ao mesmo tempo em que os salários caem e o *status* profissional se esvai (como no caso de médicos, professores, diversas especializações na engenharia, etc.) faz-se necessário o acionamento de mecanismos de complementação de renda e de busca de alternativas profissionais que cada vez mais passam pela descoberta de nichos de mercado e pelo auto-emprego ou pelo exercício de profissões liberais fora das estruturas formais existentes. Este é um processo que atinge hoje todas as faixas etárias e um número crescente de profissões, mas que – no momento – atinge duramente jovens e velhos, além de pessoas de “meia idade” que não lograram adaptar-se às novas condições de trabalho no interior das instituições (Paiva, 1999). Flexibilidade, precarização são conceitos contemporâneos que estão ligados à retração dos direitos e da proteção social dos trabalhadores e que tendem a se consolidar, na medida em que o trabalho perdeu força política frente ao capital. A disponibilidade de força de trabalho qualificada em larga escala, produto da revolução educacional que teve lugar na segunda metade do século, faz com que as empresas não sofram muitas das eventuais conseqüências negativas da externalização, da formação de cadeias de sub-contratação e da contratação por tarefa. Os riscos são crescentemente transferidos à força de trabalho que, trabalhando em forma precária, conta sempre com menor proteção social seja como conseqüência da legislação (modificada ou não), seja pela redução dos serviços sociais do Estado, seja pela tendência a uma rigorosa separação entre contribuintes / “elegíveis” para tais serviços e não contribuintes / “não elegíveis”. A era democrática de serviços não contributórios como direito humano ficou para trás.

Em tal contexto falar em retorno ao pleno emprego *via* retomada do crescimento é uma ilusão incapaz de resistir a um número cada vez mais curto de anos, ressaltando-se naturalmente as desigualdades inter e intra-países e regiões. Por outro lado, o “pleno emprego liberal” é uma terminologia imprópria, usada

talvez para significar a generalização do trabalho precário. A elevação da produtividade implica para cada vez na pela transferência às máquinas de habilidades físicas e mentais dos homens – o que reduz o emprego e retira o trabalho do lugar central que ele ocupou na era do industrialismo. Numa sociedade em que a maioria da PEA está vinculada aos serviços e em que um grande número desemboca em categorias para além do terciário o papel do trabalho se modifica. Um novo pacto social passa a ser condição para a paz e a segurança em sociedades nas quais a classe média vê-se profundamente atingida em sua capacidade de “mercantilizar” suas habilidades e competências, ao mesmo tempo em que assiste a “remercantilização” do conjunto dos serviços de proteção social.

Em 1982, Claus Offe lançou a idéia de que o trabalho já não desempenhava um papel central na vida dos homens. Quase 20 anos depois ainda estamos discutindo esta tese ante todas as evidências de que as transformações a que estamos assistindo e que se aceleram a olhos vistos já não permitem, como no passado, a produção de identidades fundamentalmente a partir da esfera do trabalho. Isto não significa que o trabalho perdeu a sua importância para os indivíduos, mas implica em que a estruturação da produção e das relações econômicas age de outra forma sobre os indivíduos, modificando o peso do trabalho na produção de identidades e tornando possível (e necessário) a impressão de novos conteúdos, nova forma e nova cultura do trabalho.

Na medida em que o trabalho assalariado entra em crise também entra em crise toda estabilidade e linearidade que lhe está associada. Na medida em que o trabalho se desloca de locais que antes o centralizavam e ao descentralizar-se invade os lares ele interfere na dinâmica destes e na estruturação das relações familiares, entre gêneros, entre gerações. Se a padronização de salários e carreiras se esvai, se as trajetórias ascendentes são substituídas por gangorras profissionais e sociais, modifica-se o sentido dos trajetos qualificatórios bem como a forma de viver o cotidiano e as projeções que podem ser feitas em relação ao futuro. Com isso nem negamos que vivemos uma transição em que o trabalho assalariado e benefícios conexos ainda é buscado por todas as gerações nem que uma parcela importante da população se confronta objetivamente – mas, ainda nebulosamente no que concerne às perspectivas de futuro – com a necessidade de encontrar alternativas ao assalariamento e de encontrar satisfação em atividades que não são necessariamente remuneradas. Mais que isso: se o trabalho - à exceção dos quadros ultra-especializados e inseridos cabalmente no mercado formal, onde as tarefas tendem a se aglutinar e o trabalho a se intensificar - pode objetivamente ocupar menos tempo, subjetivamente a insegurança na obtenção de meios de vida faz com que os indivíduos estejam todo o tempo disponíveis para o trabalho que apareça e se ocupem com a mera manutenção desta disponibilidade.

Frente a este quadro é natural que os governos e as classes dominantes se defrontem com o dilema da gestão dos não empregáveis. Estão em discussão diferentes fórmulas seja de aposentadoria precoce (*via* combinação de seguro desemprego, auxílio doença e outras formas de proteção com complementação privada para as gerações mais velhas) seja de renda mínima para integrantes da PEA ou de subsídios e garantias ao trabalhador precarizado. O argumento de Coutrot de que a missão redistributivista do Estado nada mais seria do que uma utopia socialmente não gerenciável porque a proteção sempre foi maior onde os trabalhadores estavam melhor organizados e também porque as relações de forças sociais se constroem na esfera produtiva e os tecnocratas não vêem a dinâmica social e política que alimentam, é certamente respeitável. O século XXI se encontra exatamente diante do desafio de construir novas e contemporâneas instituições, regras e consenso em torno de questões sociais e políticas que não poderão encontrar resposta capazes de serem lidas pela “chave” das relações de forças sociais derivadas diretamente da esfera produtiva.

O grande paradoxo da hegemonia neo-liberal pós-industrialista dominada pelo capital financeiro é que não há solução para os riscos financeiros e para muitos outros, fora da regulação global de seus fluxos, do mesmo modo que não será possível assegurar a segurança pública e a paz social sem formas novas de regulação da equação inclusão/exclusão. O paradoxo, lembrado por Guilhon Albuquerque (1999), de que o monopólio do trabalho pelo capitalismo como sua vitória final ter se convertido em geração de desemprego e exclusão estrutural constitui um elemento central do conjunto de contradições inerentes a este processo. Assim, se por um lado combate-se o estatismo e desmontam-se os mecanismos de proteção social, por outro faz-se necessário remontar regulagens econômicas e sociais que assegurem as condições básicas da reprodução capitalista. Do mesmo modo, se de um lado homens e mulheres de todos os níveis de qualificação vêm-se intensamente expostos à gangorra social e profissional, por outro as formas de inserção que precisam emergir não passam necessariamente pela submissão pessoal e direta à organização do capital.

Em que medida o Estado exercerá uma função redistributiva, sua amplitude e características, é algo que ainda não está claro. No que concerne à relação qualificação, status e renda a sua desconexão já vem se dando progressivamente, podendo-se supor que o mesmo é verdade para a relação entre renda e contruibuição produtiva. A grande interrogação se coloca na equação custos relativamente estáveis e tendência à precarização em larga escala, nos mecanismos de gestão do desemprego e das relações emprego / atividade / renda / proteção social. O desmonte desta última, ao lado da desconstrução da normatização do trabalho, certamente vem encontrando mais barreiras nos meios jurídicos do que nos meios políticos e aqueles poderão desempenhar um importante papel na preservação de conquistas tradicionais. Por isso mesmo, o conflito entre os demais poderes e o judiciário – e mais especificamente a justiça

do trabalho – tem se colocado de forma clara mesmo num país intermediário como o Brasil. No entanto, da mesma maneira como medidas de grande impacto - como seria o acionamento generalizado da renda mínima – parecem não ver ainda a sua hora, partidos políticos e movimentos/organizações sociais ainda não encontraram formas renovadas de manifestação e propostas claras, demonstrando perplexidade frente à realidade em transformação. Pode-se fazer a suposição de que instrumentos tradicionais como greves, terão pouco efeito no futuro; o mesmo, porém, não se pode dizer de distúrbios de variada amplitude, de manifestações de anomia e desobediência civil.

Qualificação e inserção alternativa no mundo do trabalho

As novas condições de inserção no mundo do trabalho dos que estão buscando emprego pela primeira vez, de reinserção dos que foram expelidos do mercado em função de dificuldades de adaptação e não lograram reingressar ou dos que optaram por abdicar do trabalho formalizado - os colocam frente a uma nova maneira de enfocar e de vivenciar fenômenos sociais diversos. Os sofrimentos ligados a dificuldades de conquistar (ou à perda de) *status* socio-profissional, as profundas mudanças na vida diária, os riscos associados ao desemprego e ao sub-emprego são conhecidos. Por isso mesmo, as transformações por que passa o mundo contemporâneo estão a demandar novas e maiores forças psíquicas e virtudes pessoais (Paiva, 1997), necessárias à vida num mundo em que a concorrência se acirrou. São atributos que transcendem as possibilidades do sistema educacional, a aquisição de qualificação ou de competências.

As dificuldades de hoje são encaradas como algo mais coletivo e geral, o que reduz o estigma do fracasso e pode empurrar para a busca de soluções. Valoriza-se a capacidade de vencer as dificuldades através de iniciativas pessoais e de atividades alternativas, o que implica em esforço redobrado. Nesta busca as atividades se fragmentam e diversificam, com perdas evidentes e, ao mesmo teoricamente, com ganhos possíveis em liberdade para a organização do tempo e para a vida pessoal, além de maior possibilidade de escolha, sempre que as mudanças sejam vividas sem grandes traumas psicológicos. Na competição intensificada os segmentos profissionais mais preparados, intelectual e pessoalmente são mais capazes de sair ganhando financeiramente ou em outros aspectos da vida. E na moderna combinação de grandes firmas e pequenos produtores independentes (de produtos ou de serviços), as vantagens possíveis dos que ficaram de fora do mercado formal dependem cada vez mais do conhecimento e da qualificação.

Na medida em que parcela substantiva das ocupações escapem aos ditames “sistêmico-organizacionais” das firmas e à lógica estrita e direta da maquinária industrial, parece haver maior espaço para que a qualificação real molde as formas sociais de inserção. Do mesmo modo, para o bem ou para o mal, o nível

de qualificação e de conhecimentos da população tenderá a influir na reorganização das políticas sociais e trabalhistas a que vamos assistir. Em um panorama nebuloso em relação às profissões, disposições e virtudes adquirem mais peso que a proficiência específica; não basta conhecimento, mas interesse, motivação, criatividade. Não se trata apenas de qualificar para o trabalho em si, mas para a vida na qual também se insere o trabalho, com uma flexibilidade e um alcance suficientes para enfrentar o emprego, o desemprego e o auto-emprego e para circular com desenvoltura em meio a muitas “idades” de tecnologia, com a possibilidade de entender e usar as máquinas mais modernas e de fazer face a suas inúmeras conseqüências na vida social e pessoal.

Pode-se dizer que estamos diante de maiores e diferentes exigências educacionais e que as clássicas funções dos sistemas de educação estão em questão. Ao invés de se enfatizar o papel das chances educacionais como elemento de redução das desigualdades sociais e como fator capaz de propiciar mobilidade horizontal e vertical, tende-se hoje a reconhecer que é cada vez mais difícil quebrar a desigualdade cumulativa ao longo da biografia individual. Se se reconhece que a educação se tornou um programa para toda a vida, também se conclui que os problemas clássicos do que se considerava como uma educação permanente (reabilitação, requalificação, re-socialização, compensação de déficits) já não constituem o cerne da questão. Ao mesmo tempo em que se constata que as instituições educacionais de todo tipo vem perdendo suas funções como instâncias legitimadoras e normativas na regulação dos transcurso de vida, observa-se que uma crescente polarização das chances de educação e de integração no mercado de trabalho ocorre ao mesmo tempo em que a competição educacional por toda a vida transformou-se no cotidiano de imensos grupos da população. Isto significa que, se os processos educacionais ainda desempenham um papel nas mudanças, contribuindo para passagens menos traumáticas e para a identificação de novos lugares sociais, conhecimentos tradicionais não escolares precisam ser acionados para tornar mais suave a entrada no mundo do trabalho na juventude, a reorientação na meia idade e a geração de alternativas na terceira idade.

¿Qualificação formal e assalariamento X novas relações de trabalho e modelo de competência?

A nova onda de racionalização e a crise do assalariamento que a acompanha não apresenta qualquer homogeneidade inter ou intra países ou regiões, mas os fenômenos que se iniciam na “ponta” tendem a espalhar-se pelo conjunto e chegam até nós hoje de maneira rápida e com marcada semelhança com os países centrais. Tal crise levou igualmente à contestação do conceito de qualificação, na medida em que este esteve colado à escolarização e sua correspondência no trabalho assalariado, no qual o *status* social e profissional estava inscrito nos

salários e no respeito simbólico atribuído pela sociedade a carreiras de longa duração. Tanguy (1994) e Zarifian (1998), por exemplo, insistem em que a noção de qualificação tende a ser substituída pela de competência.

São, no entanto, muitos os que consideram o conceito de competência como mais adequado ao novo ângulo a partir do qual é entendida a “empregabilidade”. Tratar-se –ia de uma construção social mais complexa, na medida em que se descola das instituições formais e da experiência adquirida para considerar aspectos pessoais e disposições subjetivas e para dar maior peso não apenas a aspectos técnicos, mas à socialização. As “competências” não teriam um sentido mais restrito que qualificação; mas certamente supõem um atendimento mais estrito das necessidades do capital, por um lado, e a um preparo adequado aos novos tempos em que é preciso encontrar alternativas ao desemprego, por outro. Virtudes pessoais são acionadas como parte das competências em escala incomensuravelmente maior que quando se tratava de qualificação, mensurável por mecanismos mais objetivos num momento em que os empregos ou a inclusão dependiam menos do capital cultural e social dos indivíduos.

A ênfase sobre as competências tem como pano de fundo também as dificuldades e a lentidão da mudança no sistema educacional. A velocidade da nova era dispensa longos cursos, mas demanda exatidão, rapidez de resposta, capacidade de lidar com novas linguagens. Frequentemente exige a substituição de gerações, porque a experiência das mais velhas não serve aos seus propósitos e pode mesmo constituir um estorvo que impede a mudança. A noção de competência parece trazer consigo uma outra mentalidade em relação ao trabalho e um outro conjunto de *skills* que começa com uma “alfabetização tecnológica” e termina na naturalização da fragmentação, precarização e intensificação do trabalho. Trata-se de abdicar – conscientemente ou não – das conquistas feitas ao longo de um século e meio de industrialismo e aceitar o risco e a incerteza como elementos constituintes explícitos do mundo do trabalho e – portanto – da organização da vida. Significa buscar – de maneira jovem (ou jovial) e competitiva – algum nicho de atividade remunerada, novas relações de emprego ou novas formas de inserção no mundo do trabalho.

Trata-se, sem dúvida de um conceito construído para uma sociedade menos democrática que aquela que estamos deixando para trás e, como tal, concerta-se à nova feição do conceito de empregabilidade – resultante o nível desta das competências modernas disponíveis do ponto de vista técnico e psicológico. Não deixa de ser interessante ver um sociólogo como Ulrich Beck perdido em meio aos riscos da sociedade atual concluir que as relações de trabalho no Brasil talvez sejam desejáveis para países europeus. Isto equivale a dizer que informalidade, desproteção, trabalho temporário, trabalho antes denominado “negro” poderiam ser tolerados em qualquer parte do mundo, desde que acompanhados da ginga do samba.

Muito embora seja um conceito antigo, a “empregabilidade” entrou na agenda acadêmica e política de forma significativa na última década. Não era necessário apelar para ele no período de pleno emprego tendencial, com fortes serviços do Estado voltados para a atenção social, grandes burocracias e dominância da produção industrial. Bastava constatar, através de diplomas e outras formas de atestado qualificatório que alguém era “empregável” nos postos disponíveis, aos quais correspondia a formação socialmente oferecida pelo sistema educacional e que poderiam, eventualmente, demandar treinamentos curtos “on the job”.

A “empregabilidade” dos anos 90 tem outro caráter. Ela era antes definida por um mercado de trabalho amplo que “sorteava” entre a força de trabalho aqueles que dispunham da qualificação desejada e virtudes correspondentes, com elevados níveis de acomodação. Em situações de pleno emprego ou de carência de força de trabalho – como ocorreu na Alemanha nos anos 60/70 - eram empregáveis até mesmo indivíduos com muito baixo nível de qualificação vindos de países longínquos. A situação não precisava de véus: o mercado determinava a “empregabilidade” dos indivíduos que compõem uma sociedade e podia mesmo dar-se ao luxo de importá-los com os mais diferentes níveis de qualificação, de acordo com ciclos e conjunturas. O Estado-Providência, na medida em que suas atividades criam um mercado mais ou menos amplo para muitas profissões e com elevada capacidade de acomodação, se encarregava de determinar a “empregabilidade” de outros segmentos da PEA.

O reverso da medalha, que entrou em pauta nesta década, diz respeito à qualificação, às habilidades, disposição, atitudes do indivíduo frente a um mercado de trabalho que já não mais está em expansão. Se este se contrai e deixa grande parte dos que procuram trabalho do lado de fora, começa-se a buscar nas virtudes individuais e na qualificação as razões pelas quais alguns conseguem e outros não conseguem empregar-se.

Transfere-se do social para o individual a responsabilidade pela inserção profissional dos indivíduos. A “empregabilidade” converte-se, neste caso, num corolário dos conhecimentos, habilidades e esforço individual de adequação. Torna-se tarefa das instituições que oferecem educação tentar tornar sua clientela empregável, adequando seus cursos à demanda e incluindo na formação elementos subjetivos capazes de assegurar maior adesão dos quadros às instituições e seus objetivos. Digamos que a contração do mercado de trabalho aprofunda a subsunção do sistema educacional (e especialmente da educação profissional) aos requisitos do capital. E, se esta idéia foi tida como parte de um cardápio de críticas do capitalismo e acusações a formas assumidas por políticas sociais, ela hoje converteu-se numa constatação banal e numa direção vista socialmente como desejável frente ao desemprego em círculos que a abjuravam. Se antes, estar incluído podia ser visto como estar subsumido heretônomicamente,

hoje é estar a salvo de uma ainda nebulosa exclusão social que funciona como complemento necessário da inclusão.

Não é nova a idéia. Há quase duas décadas, quando o novo modelo tecnológico e os sintomas de crise fiscal do Estado (e, portanto, do Welfare State) começaram a mostrar-se de forma mais clara, não foram poucos os autores (podemos lembrar Kern & Schumann em 1984 ou Baethgue & Oberbeck em 1986) a reiterar que a grande divisão do futuro se situaria entre os que lograssem integrar-se ao mercado formal de trabalho e os que dele estivessem excluídos. De fato, o problema do desemprego e da inclusão/exclusão como termos complementares tornaram-se centrais no debate acadêmico e político e na realidade cotidiana da população (Kronauer, 1999). Também a ultrapassagem do industrialismo, o deslocamento do emprego para o setor terciário e, finalmente, o tendencial esgotamento deste como fonte de postos de trabalho formalizado criaram uma nova situação social e colocaram novos problemas para o sistema de educação a todos os níveis. Vale ressaltar que esta nova configuração ocorre num momento pós-revolução educacional – o que significa disponibilidade de grandes contingentes educados e abundância de diplomas.

Se o modelo que teve vigência desde o final da grande guerra deu ênfase à ampliação das camadas médias dentro de um marco mais amplo de caráter industrial, o novo momento do capitalismo supõe o esgotamento deste marco não porque menos produtos industrializados estão à disposição, mas porque sua elaboração – em especial nos tradicionais setores de elevada acumulação – depende cada vez menos do trabalho humano: é neste sentido que se fala em desindustrialização que, aliada a novas formas de administração e de escolha do produto reduz as dimensões (e os custos) das fábricas e o número de pessoas empregadas. Em tal contexto, a “empregabilidade” heterônoma da força de trabalho é crescentemente menor.

É aqui que o abandono do conceito de qualificação e sua substituição pelo de competência entra com enorme força. O tradicional conceito de qualificação, implicando escolarização formal, supondo anos de escolaridade previamente determinados em seu conteúdo bem como os correspondentes diplomas, tem uma relação direta com o assalariamento e a sociedade industrial. Não poucos esforços foram dispendidos, neste contexto, para mostrar a conexão direta entre escolaridade, *status* e renda., hoje claramente ultrapassada. No momento em que o trabalho assalariado se restringe e o mercado formal de emprego se estreita, em que se coloca em questão a tradicional divisão dos setores econômicos (primário, secundário e terciário), em que vai se perdendo a hierarquia de funções traduzidas em salários cada vez mais deixam de ser negociados coletivamente e tratam de responder ao quanto cada qual necessita para viver ao invés de assegurar patamares historicamente construídos e negociados, ao mesmo tempo em que se reintegram funções, o conceito de qualificação começa a ser substituído pelo de competência.

Trata-se, para muitos, de uma construção social mais complexa na medida em que se descola das instituições formais e da experiência adquirida para considerar aspectos pessoais e disposições subjetivas e para dar maior peso não apenas a aspectos técnicos, mas à socialização. Não se trata de considerar “competências” como tendo um sentido mais restrito que qualificação; mas certamente trata-se de um atendimento mais estrito (incluindo elementos atitudinais, características de personalidade, elementos menos mensuráveis objetivamente) das necessidades do capital, por um lado, e a um preparo adequado aos novos tempos em que é preciso encontrar alternativas ao desemprego, por outro. Há um certo consenso em que a qualificação está ligada a conhecimentos atestados através de provas e papéis. No caso das competências talvez tais atestados se dêem no trabalho concreto, mas virtudes pessoais são acionadas como parte das competências em escala incomensuravelmente maior que quando se tratava de qualificação, mensurável esta por mecanismos mais objetivos num momento em que os empregos ou a inclusão dependiam menos do capital cultural e social dos indivíduos.

Digamos que antes podia-se pretender uma avaliação objetiva de currículos, notas, proficiência que os Departamentos de Recursos Humanos sempre buscaram complementar com entrevistas, testes psicológicos ou dinâmicas de grupo. É como se o peso tivesse se invertido, como se atributos pessoais passassem a pesar mais devido à versatilidade antevista em relação aos conhecimentos necessários e conseqüente importância da disposição de adaptar-se alegremente.

Por ser formalizado em diplomas, notas, provas este é um conceito que obriga a compromissos entre capacidades para ocupar postos de trabalho (supondo-se que parte se aprende ao exercer o trabalho) e as exigências dos mesmos, mais que a classificação de saberes e na hierarquização da força de trabalho (Alaluf, 1991). Podem ser compromissos diferentes, como certamente encontramos no caso francês, no caso brasileiro ou no caso alemão (Maurice, Sellier & Silvestre, 1982). O peso que esta discussão vem recebendo na França é frequentemente atribuído à dissociação entre o sistema escolar e a prática das empresas (Bertrand, 1991), o que não é o caso da Alemanha (num polo oposto) nem o brasileiro (mais diferenciado e, num certo sentido, mais radical na mesma direção). No caso alemão, a definição de Laszlo Alex (1991) parece dar conta do que ali se entende por qualificação (não se devendo esquecer que esta discussão esteve no Brasil profundamente marcada pelo debate alemão): é a “totalidade de conhecimentos e capacidades, incluindo os padrões de comportamento e aptidões, adquiridos pelos indivíduos no decurso de processos de socialização e ensino”. Ora, isto significa que no conceito estão embutidas dimensões sociais além das profissionais, abrangendo competências técnicas e sociais que atendem a requerimentos relativos a conhecimentos e a expectativas comportamentais. Por esta razão os alemães não se envolveram na discussão das “competências” que,

para eles, é mais restrita e já está incluída naquela relativa à qualificação. Quando se tentou ampliar este debate para incluir a capacidade de responder à sobreposição de funções e opções e a alterações de requisitos no decurso da vida num mundo instável, apelou-se para o conceito de “qualificações-chave” (Mertens, 1974).

A ênfase francesa sobre as competências insere-se num debate que muitos consideram teórico conceitualmente débil e disperso. Com isso não estamos nem negando a pertinência da questão das “competências” nem sugerindo a impossibilidade da reforma dos sistemas de educação. Afinal são visíveis as orientações que hoje nos chegam do BID, do BIRD, da Unesco e outras agências, além de se poder constatar que os sistemas vão se movendo em direções que buscam criar e reordenar os diplomas visando atender às necessidades das empresas (Bertrand, 1991). Mas, a velocidade da nova era dá menos ênfase a longos cursos, ao mesmo tempo em que demanda exatidão, rapidez de resposta, capacidade de lidar com novas linguagens, o que não deixa de ser contraditório. Em outras palavras: traz implícito a substituição de gerações, porque a experiência das mais velhas não serve aos seus propósitos e pode mesmo constituir um estorvo que impede a mudança. A noção de competência parece trazer consigo uma outra mentalidade em relação ao trabalho e um outro conjunto de *skills* que começa com uma “alfabetização tecnológica” e termina na naturalização da fragmentação, precarização e intensificação do trabalho. Trata-se de abdicar – conscientemente ou não – das conquistas feitas ao longo de um século e meio de industrialismo e aceitar o risco e a incerteza como elementos constituintes explícitos do mundo do trabalho e – portanto – da organização da vida. Significa buscar – de maneira jovem (ou jovial) e competitiva – algum nicho de atividade remunerada, novas relações de emprego ou novas formas de inserção no mundo do trabalho.

O conceito de “competência” é, sem dúvida, um conceito construído para uma sociedade menos democrática que aquela que estamos deixando para trás e, como tal, conecta-se à nova feição do conceito de empregabilidade – resultando o nível desta das competências modernas disponíveis do ponto de vista técnico e psicológico. Está fora de dúvida que tem uma base objetiva: a transformação produtiva, a rapidez da comunicação, a internacionalização do capital e correspondente internacionalização e intensificação da competição, a mudança no perfil do mercado de trabalho.

Merece, no entanto, uma observação o quanto as “competências modernas” podem não coincidir e até mesmo colidir com qualificação no sentido estrito e experiência profissional pretérita. Se tais competências incluem a disposição e capacidade de mudar constantemente, de aprender não apenas novas técnicas mas de aceitar novas relações sociais e laborais, então indivíduos altamente qualificados podem ser pouco empregáveis não porque seus conhecimentos estão

ultrapassados ou tenham deixado de ser úteis, mas porque eles vem acompanhados de um determinado tipo de experiência profissional que inclui direitos (e, portanto, variadas práticas reivindicatórias) e vantagens que estão sendo eliminados. Assim, o desperdício de qualificação que percebemos no final deste século não é resultado apenas da contração do assalariamento, mas de uma valoração negativa da memória social e profissional dos quadros que chegaram a viver plenamente o período anterior. Toda esta discussão está, portanto, atravessada pela questão geracional – algo cuja relevância é cada vez maior face à elevação da expectativa de vida. É como se a hegemonia absoluta do capitalismo colocasse a máxima de Adorno (trabalhar o passado como condição para construir o futuro) de pernas para o ar e estivesse estabelecendo como condição de engate com êxito no bonde da história contemporânea passar um apagador na memória de um passado tão recente que está ainda vivo nos corações e nas mentes de homens e mulheres de meia idade.

Bibliografia

- Alaluf, Mateo (1991) “A qualificação: de que se fala. Um processo de hierarquização”, em *Formação Profissional* (Berlin) Nº 2, pp. 33-36.
- Alex, Laszlo (1991) “Descrição e registro de qualificações. O conceito de qualificação”, em *Formação Profissional* (Berlin) Nº 2, pp. 23-27.
- Aronowitz, Stanley & Difazio, W. (1994) *The jobless future. sci-tech and the dogma of work* (Minneapolis: University of Minesota Press).
- Auer, P. (1994) *Lean production: the micro-macro dimension, employment and the Welfate State* (Berlin: WZB, FS I-94-201).
- Beck, Ulrich; Giddens, Anthony; Lash, Stephen (1996) *Reflexive Modernisierung. Eine Kontroverse*. (Ffm: Suhrkamp).
- Bertrand, Olivier (1991) “As dimensões da qualificação: especificidades e análises”, em *Formação Profissional* (Berlin) Nº 2, pp. 28-32.
- Guilhon Albuquerque, Jose A. (1999) Exclusão/Inserção – Novo paradoxo de um mundo transnacionalizado (Documento mimeo).
- Habermas, Jürgen (1987) “Anova intransparência - a crise do Estado de Bem Estar e o esgotamento das energias utópicas”, em *Novos Estudos CEBRAP* (São Paulo) Nº 18, pp. 103-114.
- Kern, Horst & Michael Schumann (1984) *Das Ende der Arbeitsteilung? Rationalisierung in der industriellen Produktion* (Munique: Verlag C. H. Beck).
- Kern, Horst & Michael Schumann (1998) “Kontinuität oder Pfadwechsel? Das deutsche Produktionsmodell am Scheideweg”, em *Mitteilung* (Berlin) Nº 26. [Publicado em português em *Contemporaneidade e Educação* (Rio de Janeiro) Nº 4, 1998].
- Kronauer, Martin (1999) “Acisão interna-externa da sociedade. Uma defesa do conceito de Exclusão contra seu uso mistificador”, em *Contemporaneidade e Educação* (Rio de Janeiro) Nº 5.
- Luttwak, Edward (1996) “O capitalismo turbinado e suas consequências”, em *Novos Estudos CEBRAP* (São Paulo) Nº 45.
- Maurice, M., Sellier, F. & Silvestre, J. (1982) *Politiques d'éducation et organisation industrielle en France et en Allemagne* (Paris: PUF).
- Mertens, D. (1974) “Schlüsselqualifikationen – Thesen zur Schulung für eine moderne Gesellschaft”, em *Mitteilungen aus der Arbeits- und Berufsforschung*, pp. 36-43.

- Offe, Claus (1982) *Contradictions of the Welfare State* (Boston: MIT Press).
- Offe, Claus (1989) “Trabalho: uma categoria chave da sociologia?”, em Offe, Claus (org.) *Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da Sociedade do trabalho* (Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro).
- Offe, Claus (1984) *Problemas estruturais do Estado Capitalista* (Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro).
- Paiva, Vanilda (1997) “Desmistificando as profissões”, em *Contemporaneidade e Educação* (Rio de Janeiro) Ano II, Nº 1.
- Paiva, Vanilda (1999) “O Mundo em mudança (virando o milênio)”, em *Contemporaneidade e Educação* (Rio de Janeiro) Nº 6.
- Paiva, Vanilda (1989) *Produção e qualificação para o trabalho: uma revisão da bibliografia internacional*, TD 214, (Rio de Janeiro: IEI/UFRJ).
- Paiva, Vanilda; Potengy, Gisélia & Chinelli, Filippina (1997) “A sociologia do trabalho para além da indústria”, em *Novos Estudos Cebrap* (São Paulo) Nº 48.
- Siegfried, S. & Leisering, L. (1995) *Zeit der Armut* (Ffm: Suhrkamp).
- Tanguy, Lucie (1994) “La Formation, une activité sociale en voie de définition?”, em Coster, M. & Pichaut, F. *Traité de sociologie de travail*. (Bruxelles: Ed. De Boeck Université).
- Womack, J. P.; Jones, D. T. & Roos, D. (1990) *The machine that changed the world* (New York: Ranson Associates).
- Zarifian, Philippe (1998) La compétence? (Documento mimeo).